

PRAZO DE RECADASTRAMENTO DA AMS É PRORROGADO

A Petrobrás prorrogou o prazo para o Recadastramento de aposentados na AMS, até o dia 20 de junho de 2018.

O comunicado foi enviado à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) na quinta-feira (17). Portanto, quem ainda não se recadastrou que o faça o

mais rápido possível para não perder o direito à AMS.

Vale lembrar que o recadastramento para os aposentados na AMS só pode ser feito no Sistema Botão do Compartilhado.

Caso alguém tenha dificuldades

em realizar o recadastramento, basta ligar para o Call Center 0800 287 2267, opção '5'. O RH da Petrobrás informa que o Call Center atende 24 horas, 7 dias na semana. É indicado o uso do serviço nos horários com menor fluxo de ligações, antes das 9h e após às 17h.

APOSENTADOS ELEGEM COMISSÃO DE BASE



Na tarde da última terça-feira (15) foi realizada a primeira reunião da recém-eleita Comissão de Base dos Aposentados do Sindipetro-RJ (foto). Em pauta, a discussão sobre novo regimento que será homologado na próxima reunião mensal dos aposentados, programada para 5 de junho.

“Esse novo regimento vem com

muitas alterações a partir da ativa participação dos integrantes desta nova comissão de Base para que com esse novo documento possamos dar a força necessária à Secretaria dos Aposentados junto a toda a categoria petroleira” – disse Gilberto Ramos Jr., integrante da Comissão e petroleiro aposentado.

PETROS : SINDICATO SEGUE NA LUTA PARA EVITAR DESCONTO EXTRAORDINÁRIO

Após ter sido negado o provimento de Agravo para suspensão do desconto extraordinário do equacionamento do PPSP, o Sindipetro-RJ continua seus esforços na esfera judicial para evitar sua aplicação.

O processo segue tramitando na 6ª Vara Cível da Capital, ainda sem o julgamento do mérito.

Eu devo me filiar ao Sindipetro-RJ para ter direito a uma potencial suspensão do equacionamento? O fato é que esta afirmação vai depender de cada sentença. Apesar de o Sindipetro-RJ, tradicionalmente, entrar com ações em favor e defesa de toda a categoria, o Judiciário tem limitado o alcance das decisões, tanto

no que diz respeito à abrangência geográfica, quanto à limitação e vinculação aos associados da entidade na época do decisão, e outros na data do petiçãoamento.

Aconteceu assim, no caso, das ações da AEPET, Sindipetro-AL/SE, Sindipetro-NF e FENASPE. Tudo isso reforça a necessidade da filiação sindical para aproveitar os esforços e a disputa judicial que sempre o sindicato executa, bem como potencializar a principal entidade defensora dos interesses e direitos da categoria.

Sindicalize-se, no coletivo somos mais fortes! Faça já a sua filiação em Sindipetro.org.br/filiação.

INVESTIMENTOS “FURADOS” DA PETROS: ZOOMP S/A

Imagine um empresário sócio de uma empresa gestora de investimentos que seja responsável pela aplicação de um Fundo Multimercado criado para atender a um grande fundo de pensão, e que esse mesmo empresário seja dono de outra empresa que recebeu investimentos deste mesmo Fundo Multimercado.

Estamos falando de Carlos Valmer Pereira Thome da Silva, sócio, administrador da empresa Global Capital 2000 Administradora de Recursos Financeiros S/A, gestora do Fundo de Investimento Multimercado (FIM) Petros Crédito Privado Boreal, e também sócio da Zoomp S/A, grife de roupas que fez sucesso nos anos 1990.

Já a “Agência Estado” informa que a representante dos donos de postos de combustíveis de todo o País, a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis) defendeu o fim da oscilação dos preços da gasolina e do óleo diesel para o consumidor final.

Em nota, a entidade argumenta que a política da Petrobrás, de reajustes diários nas refinarias, “está trazendo prejuízo para famílias e empresas brasileiras”. Diz ainda que “muitos postos estão perdendo fôlego financeiro e não conseguem sobreviver em meio a este cenário”. De acordo com a

política da Petrobrás, de reajustes diários nas refinarias, “está trazendo prejuízo para famílias e empresas brasileiras”. Diz ainda que “muitos postos estão perdendo fôlego financeiro e não conseguem sobreviver em meio a este cenário”. De acordo com a

política da Petrobrás, de reajustes diários nas refinarias, “está trazendo prejuízo para famílias e empresas brasileiras”. Diz ainda que “muitos postos estão perdendo fôlego financeiro e não conseguem sobreviver em meio a este cenário”. De acordo com a

Desmonte da Petrobrás

POLÍTICA DE PREÇOS NOS COMBUSTÍVEIS APLICADA POR PEDRO PARENTE JÁ NÃO CONVINCE

Se o preço médio de venda do botijão de gás de cozinha, entre R\$60 e R\$ 75 no Rio, é a representação fiel de como a política de preços aplicada por Pedro Parente na Petrobrás pesa no bolso da população, pode-se destacar ainda mais o preço da gasolina que já está sendo vendida a cerca de R\$ 5, o litro, também no Rio.

Segundo o jornal “A Folha de São Paulo”, com o preço do barril do petróleo se aproximando dos US\$ 80 no mercado internacional, já começam a “pipocar” protestos contra a escalada dos preços dos combustíveis no Brasil. Nessa semana, caminhoneiros fecharam rodovias em pelo menos três estados e os donos de postos de gasolina divulgaram carta dizendo que a atual política de preços da Petrobrás é “perversa”. Ainda segundo a Folha, desde julho de 2017, a companhia repassa diariamente a oscilação do preço global do barril para o preço do combustível no mercado interno. De lá para cá gasolina e diesel acumulam alta nas bombas de 21,28% e de 18,15%, respectivamente.

Já a “Agência Estado” informa que a representante dos donos de postos de combustíveis de todo o País, a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis) defendeu o fim da oscilação dos preços da gasolina e do óleo diesel para o consumidor final.

Em nota, a entidade argumenta que a política da Petrobrás, de reajustes diários nas refinarias, “está trazendo prejuízo para famílias e empresas brasileiras”. Diz ainda que “muitos postos estão perdendo fôlego financeiro e não conseguem sobreviver em meio a este cenário”. De acordo com a

matéria, como solução, propõe a revisão dos tributos que incidem sobre os combustíveis. A Fecombustíveis defende a uniformização das alíquotas de ICMS nos diferentes Estados e o retorno da utilização da cide como amortecedor das oscilações de preços, como adotado no passado. A ideia é que altas do petróleo sejam compensadas por baixas do tributo para que o consumidor final não sinta as variações internacionais das cotações.

Em festa tuana com dinheiro da Petrobrás, Parente tira da “reta” - Em evento promovido pelo ex-prefeito de São Paulo, João Dória Jr. (PSDB), em Nova York (EUA), na última quarta-feira (16), no qual, segundo a Folha de São Paulo, a Petrobrás entrou com uma cota de US\$ 26 mil para ter uma mesa no regabofe, Pedro Parente, ressaltou que a empresa apenas reage às variações externas das cotações e que não é a única responsável pela formação dos preços dos combustíveis: “É preciso lembrar que o preço ao consumidor depende não apenas do preço na refinaria, mas também de outras parcelas, onde impostos é a mais importante. Além disso, há o clima competitivo entre as distribuidoras e os postos de gasolina”.

O fato é que, até agora, o clima competitivo citado pelo presidente da Petrobrás, em seu giro novayorkino, só trouxe prejuízos às refinarias da companhia e uma tempestade de preços altos nos bolsos dos brasileiros. Como se não bastasse, a política para o GLP tem forçado a população a apelar até para o fogão à lenha, por conta do preço do gás de cozinha. Segundo informe do IBGE mais de 2 milhões de consumidores deixaram de usar o botijão de cozinha por causa do preço.



Para além da crítica oportunista dos veículos de imprensa, a diretoria do Sindipetro-RJ entende que a política de preços de combustíveis de Pedro Parente promove ganhos somente aos refinadores dos EUA, aos traders internacionais, aos importadores e às distribuidoras privadas. Enquanto isso, a ociosidade das refinarias da Petrobrás só aumenta ao passo que perde participação no mercado brasileiro de combustíveis. Tudo isso, atendendo também ao mesquinho propósito de facilitar a privatização das refinarias, terminais e dutos, como propõe esta direção entreguista. Da mesma forma, entendemos que a política de preços do GLP visa facilitar a entrega da Liquigás, recentemente embargada pelo Cade, mas cuja forma de venda ainda é objeto de discussão.

foi em Wall Street.

Além do Santander, Bradesco e Itaú estão na corrida do milhão junto com Petros, Previc e Funcef.

Enquanto isso a Petrobrás não foi indenizada em suas perdas e danos, e essa mesma Petros continua sem cobrar as dívidas das patrocinadoras junto ao PPSP e transfere a conta para os assistidos. São os trabalhadores que sofrem as consequências com descontos insuportáveis em seu contracheque, precarização e demissões.

DE BANDEJA: MUDANÇA NA CESSÃO ONEROSA PREJUDICA PETROBRÁS

Presidência da Petrobrás chega ao cúmulo da desfaçatez ao negociar com o (des)governo federal a entrega do petróleo da Cessão Onerosa.

Mas o que é mesmo Cessão Onerosa? - A Cessão Onerosa é um contrato celebrado entre a Petrobrás e a União, conforme estabelecido na Lei Nº 12.276/2010, através do qual a companhia entregou ações à União (R\$ 74,8 bi) e adquiriu o direito de produzir um volume total de 5 bilhões de barris de petróleo equivalente a partir de seis áreas onde a estatal já havia conduzido estudos exploratórios. Apenas para destacar a importância da Cessão Onerosa, o campo de Búzios, maior supergigante do Pré-Sal, representa uma destas áreas. Para relembrar, leia o boletim Sindipetro-RJ nº XVI.

E o que é o excedente? - A Lei da Partilha (Lei Nº 12.351/2010) também previa, em sua redação original, a possibilidade de contratação direta da Petrobrás nos casos de interesse estratégico nacional. Utilizando-se deste recurso, na 28ª Reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), aprovou-se o pagamento antecipado de R\$ 2bi, somado a R\$ 13bi em óleo quando da produção, e a respectiva contratação direta da Petrobrás para a produção, em regime de partilha, do volume de petróleo-equivalente recuperável excedente ao volume contratado sob o regime de Cessão Onerosa, o qual foi estimado pela ANP, com base em estudos da Petrobrás, entre 9,8 a 15,2 bilhões de barris.

Por que então é possível que o excedente vá a leilão? - Porque, totalmente à revelia das resoluções tomadas durante a 28ª Reunião do CNPE, o governo afirma que o leilão do volume excedente é essencial para “dar uma força” às contas públicas. Enquanto isso, seguem as discussões entre governo e Petrobrás sobre a renegociação quanto a valores a pagar/receber em virtude das diferenças entre as cotações do

petróleo à época da celebração do contrato de Cessão Onerosa em 2010 e os dias atuais. Já é ponto pacífico que a Petrobrás é credora do governo; o que se discute agora é como será feito o pagamento.

Uma vez que a União se propõe a pagar em barris, dadas as ditas “restrições orçamentárias do Tesouro”, e que a direção da Petrobrás coloca que essa alternativa “não traz imediatamente dinheiro para o caixa, já que os barris da Cessão Onerosa só serão produzidos ao longo das próximas décadas”, eis que surge um criminoso projeto de lei que tem sido apresentado pela imprensa como algo que pode ajudar a União e a empresa a fecharem um entendimento.

O cúmulo da desfaçatez - Trata-se do PL 8.939/2017, de autoria do deputado José Carlos Aleluia (DEM), o qual teve pedido de urgência assinado por oito líderes de partidos da base aliada, cujas bancadas partidárias contam com 295 deputados. Contrariando a legislação vigente, o referido projeto permite à Petrobras comercializar até 70% do volume dos campos de petróleo na área de Cessão Onerosa. Segundo publicou o Valor, a “Petrobrás tenta emplacar a aprovação do projeto de lei” para permitir que as áreas da Cessão Onerosa sejam transferidas para outras empresas; aquelas “parceiras”. Segundo a publicação, “a Petrobrás cederia nas negociações, permitindo que a União pague em barris, mas em troca pede a aprovação do projeto que a libera para vender parte de seus ativos na cessão”. A justificativa para mais esta entrega criminosa é a mesma de sempre no contexto do saque promovido por Pedro Parente: incluindo estes valiosíssimos ativos do Pré-Sal no programa de desinvestimentos espera-se gerar caixa para a redução das dívidas.

Resta saber o que sobrá da Petrobrás ao final de toda esta pilhagem, pois a Cessão Onerosa e o direito de desenvolvimento do excedente garante tanto a produção crescente projetada, quanto a reposição de reservas para a Petrobrás.

PETROBRÁS PAGA POR REGABOFE EM NY



O jantar foi promovido em Nova York, Estados Unidos, no último dia 16 de maio na 4ª edição do Lide Brazilian Investment Forum, organizado pelo Lide - Grupo de Líderes Empresariais, que tem como fundador o tucano, ex-prefeito de São Paulo, João Dória Jr.

Entre os principais palestrantes estavam o juiz Sergio Moro, também homenageado, e o ministro da Secretaria da Presidência da República, Carlos Marun (tropa de choque de Michel Temer).

A Petrobrás, segundo informação publicada pela coluna Painel do jornal A Folha de São Paulo, pagou US\$ 26 mil (R\$ 95.627,20 ao câmbio do dia 16/05 que era de R\$ 3,679) por uma mesa no evento que contou com a presença de seu presidente Pedro Parente, bastante festejado pelos empresários presentes.

Ainda, segundo publicado pela Folha, os bancos brasileiros e estrangeiros foram os principais patrocinadores do jantar, organizado anualmente pelo Lide para arrecadação de fundos.

Bradesco, Itaú BBA e Santander foram os primeiros a contribuir. Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Safra soltaram o “chequinho” depois.

Segundo a organização do regabofe de João Dória Jr., participaram 200 investidores que também homenagearam o ex-prefeito de Nova York, Michael Bloomberg.

Pelo jeito, Pedro Parente além de saciar a fome dos abutres e correntes da Petrobrás, também usa a Petrobrás para pagar o banquete dos algozes do patrimônio do Brasil e dos petroleiros.

ATESTADO MÉDICO: TIRANDO DÚVIDAS

O Sindipetro-RJ tem recebido diversas perguntas da categoria sobre a questão de atestados médicos e obrigatoriedade de inclusão de CID (Código Internacional de Doenças) nos mesmos, bem como sobre a validade de atestados odontológicos.

Infelizmente, a legislação trabalhista em nosso país é cruel e bastante atrasada, não levando em consideração diversos aspectos das relações humanas e laços familiares.

Costumamos achar que situações como acompanhamento de familiares como filhos menores, pais e esposas gestantes a consultas médicas, estão previstas e tais faltas seriam abonadas mediante comprovação de atestados médicos. Mas a realidade não é bem assim.

Lei 8.213/91 - Garante que os primeiros 15 dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, sejam pagos integralmente pela empresa. (Lei nº 9.876, de 26.11.99). Quando o período ultrapassar 15 dias, o empregado deverá ser encaminhado à perícia médica da Previdência Social.

No caso de constatação da incapacidade, o auxílio-doença previdenciário será devido ao segurado empregado a contar do 16º dia do afastamento e enquanto ele permanecer incapaz. Se o segurado empregado, por motivo de doença, afastar-se do trabalho durante 15 dias, retornando à atividade no 16º dia, e se dela voltar a se afastar dentro de 60 dias desse retorno, em decorrência da mesma doença, fará jus ao auxílio-doença a partir da data do novo afastamento.

Atestado odontológico - O entendimento do Tribunal Superior do Trabalho é de que as palavras "médico" e "odontólogo" são equivalentes, portanto estes são os únicos profissionais

outorgados, mediante leis ordinárias, para emissão de atestados para fins de abonos de faltas ao trabalho.

Abono de faltas - Acompanhamento de familiares em caso de doença não garante o abono de faltas ao trabalho sem prejuízo de remuneração. O empregador não é obrigado a aceitar esse atestado, mesmo que a ausência do empregado seja para acompanhamento de cônjuge e/ou de filhos, exceto nas situações regulamentadas pela Lei 13257/2016: até dois dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira; por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até seis anos em consulta médica.

Fora isso, condições mais benéficas podem ser conquistadas em Acordo Coletivo de Trabalho ou procedimentos internos das empresas.

Código CID - Apesar do empregador não poder exigir diretamente do trabalhador a apresentação do Código Internacional de Doenças (CID), nem obrigá-lo a informar qual o motivo do afastamento em caso de doença, é dever do médico, conforme Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) (nº 1.851, de 14 de agosto de 2008), acompanhar o paciente; especificar o tempo concedido de dispensa à atividade, necessário para a recuperação; registrar o diagnóstico através do CID, quando expressamente autorizado pelo paciente; registrar os dados de maneira legível; identificar-se como emissor, mediante assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).

Ou seja, o médico sempre saberá qual o CID, porém, pela ética médica, só o divulgará ao empregador, caso o mesmo solicite, se o paciente autorizar. Neste ponto, é necessário que o empregado esteja atento ao fato de que afastamentos acima de 15 dias resultarão em perícia médica no INSS, onde será cobrada a especificação do CID no atestado.



Sindicalize-se!

21 3034 7300

21 99607 9083

fb.com/sindipetro-rj

sindipetro.org.br/filiacao

contato@sindipetro.org.br



DECLARAÇÃO DE BENS E RENDIMENTOS: ORIENTAÇÃO

O Sindipetro-RJ analisa a obrigatoriedade da apresentação de bens e rendimentos para os trabalhadores da Petrobrás, conforme a Instrução Normativa 67 do Tribunal de Contas da União. Diante disso, o sindicato informa que em 10 dias publicará um informe aos petroleiros com um posicionamento definitivo sobre que medida irá tomar sobre o caso.

Posição da FNP - Ainda, a Fede-

ração, conforme parecer do advogado José Henrique Coelho, orienta os funcionários da Petrobrás a cumprir a determinação de disponibilização de acesso à sua declaração de bens e rendas, na forma e no prazo indicado pela empresa, até 30 de junho próximo, pois a mesma encontra amparo legal.

Obviamente, caso os dados disponibilizados sejam vazados ou utilizados em desacordo com os ditames legais, a

federação entende que será possível ajuizar ação, tanto a partir dos seus sindicatos filiados como pelos membros da categoria petroleira para reparação de danos.

Ainda, sabemos que a medida é constrangedora e até injusta, por reforçar como foco de potencial de corrupção os trabalhadores da Petrobrás, ao invés dos grupos diretos e das empreiteiras, conforme todas as investigações e condenações têm revelado.

GT DE DIVERSIDADE E COMBATE ÀS OPRESSÕES
RODA DE CONVERSA

Hoje, (3ªf) - de 17 às 20h - no Sindipetro-RJ - O GT de Diversidade e Combate às Opressões do Sindipetro-RJ, convida a categoria petroleira (de qualquer vínculo de trabalho) e demais interessadas(os) para a roda de conversa "Experiências de opressão e resistência de mulheres em espaços de poder: somos tod@s Marielle!". Venha conversar com a gente! (Av. Passos, 34 - Centro) MARIELLE e ANDERSON PRESENTES!

Meu caminho é de pedra

Trilha Morro Dois Irmãos Domingo 03/06

Inscrições: marcosdias@sindipetro.org.br

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ELETROBRÁS

Em audiência pública de lançamento, realizada no dia 11 de maio, a Frente Parlamentar em defesa do Setor Elétrico da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) condenou o processo de privatização da Eletrobrás.

A direção da associação de empregados da Eletrobrás afirmou que vai promover uma greve conjunta com empregados do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás.

"Essa luta nossa é muito mais que uma luta corporativa por emprego. É pra chamar atenção da população para os riscos que isso representa para o Brasil. Essa privatização é um perigo claro de oligopólio privado no setor, porque a Eletrobrás gera um terço da energia brasileira. São 233 usinas e 50% dos reservatórios nacionais." - alertou o representante dos trabalhadores de

Furnas, Victor Costa.

O evento foi um esforço conjunto dos deputados estaduais membros da frente parlamentar em articulação com deputados federais contrários à venda da companhia e contra a atuação do relator do Projeto Lei 9463/18 que privatiza a Eletrobrás, o parlamentar federal José Carlos Aleluia (DEM-BA), por ter emitido parecer favorável antes mesmo do encerramento do ciclo de audiências públicas previstas para debater o tema.

Emanuel Mendes, diretor da associação dos empregados da Eletrobrás, declarou que os movimentos sociais contrários à privatização pretendem articular uma greve geral envolvendo demais trabalhadores de empresas públicas. "Queremos construir uma greve com os trabalhadores da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica.

Empresas que estão sob risco de privatização" - avisou.

Representando a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), o petroleiro Vinicius Camargo fez um chamado para uma Greve Geral contra as privatizações.

"Precisamos de uma Greve Geral dos trabalhadores para botar para fora Temer e Pedro Parente, e todos esses indicados por essa quadrilha que está instalada no país. É preciso dar uma resposta a isso, trabalhando conjuntamente por um comando nacional para a construção de uma greve nacional petroleira e uma grande Greve Geral para deter essas privatizações. São as entidades organizadas por trabalhadores que vão dar a resposta correta neste momento de ataques aos seus direitos", disse Vinicius, que também é diretor do Sindipetro-RJ.



Boletim

Sindipetro RJ
Filiado à FNP
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

ANO I - Número LXXI - 22 de Maio 2018

(21) 99607-9083
fb.com/sindipetro-rj
www.sindipetro.org.br
contato@sindipetro.org.br
youtube.com/campanhapedoleo

ASSEMBLEIAS A CAMINHO DA GREVE

O contexto do anúncio da privatização de quatro refinarias (duas no Nordeste e duas no Sul do país), além de 12 terminais da Transpetro e o fechamento das Fafens e as eminentes demissões foram o estopim para as mobilizações deflagradas e a realização das assembleias pelas bases da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

É, sim, uma guerra declarada pelos petroleiros e demais trabalhadores ao projeto neoliberal baseado no desmonte do Estado e na destruição de sua função social. A privatização dos serviços públicos e das empresas estatais como Eletrobrás, Correios e Petrobrás, CEDAE e desnacionalização da EMBRAER são pontos-chave da "bíblia neoliberal". Por conta disso, os petroleiros das bases da FNP reagem.

Aqui no Rio, a mobilização ocorre a partir do calendário de lutas aprovado no último dia 9, durante Plenária Nacional ampliada, articulada pela FNP com a presença de petroleiros de base, oposições e outras entidades. As assembleias estão aprovando massivamente o Estado de Greve como preparação para a greve geral petroleira. Participe da assembleia em sua base.

UNIDADE	GRUPO	LOCAL	DIA	HORA
CENPES	E	CIPD	3ªF- 22/05	07:00
CENPES	ADM	PORT. 1	3ªF- 22/05	11:00
CENPES	C	PORT. 2	3ªF- 22/05	15:00
CENPES	D	CIPD	4ªF- 23/05	07:00
CENPES	E	PORT. 2	4ªF- 23/05	15:00
TABG	B		3ªF- 22/05	07:00
CNCL	E		4ªF- 23/05	23:00
UTE-BLS/BF	C		4ªF- 23/05	07:00
UTE-BLS/BF	A		4ªF- 23/05	07:00
BRASFELS			3ªF- 22/05	07:00
VENTURA	ADM		4ªF- 23/05	12:30
SENADO	ADM		3ªF- 22/05	12:30
TEJAP			4ªF- 23/05	08:30

Pessoal de folga vota em qualquer assembleia.

AMANHÃ, QUARTA, (23), NO EDISEN, MAIS UM ATO CONTRA O DESMONTE DA PETROBRÁS, ÀS 12H30



#LUTO PELAS REFINARIAS, DUTOS, TERMINAIS, FAFENS, CAMPOS TERRESTRES E PETROBRÁS



A convocação é para que todos compareçam de preto, conforme ocorrido no protesto de quarta-feira, 16, (foto) em protesto contra a venda de refinarias, dutos, terminais, FAFENS, campos terrestres e retirada de direitos dos trabalhadores da Petrobrás, e também contra os ataques ao fundo de pensão Petros.

"A Petrobrás é uma empresa integrada que gera valor, lucro, independentemente do preço do petróleo no mercado internacional. No mundo, as empresas que são integradas obtêm seus maiores lucros a partir da área de refino e distribuição. A geração de caixa da Petrobrás é pujante, acima de US\$ 25 bi por ano, independentemente do preço do barril de petróleo estar acima de US\$ 100, como

ficou três anos e meio, ou em patamares mais baixos" - diz Felipe Coutinho, presidente da AEPET.

Com o anúncio da venda das refinarias, cai por terra o discurso da direção da empresa que dizia vender ativos para pagar dívidas.

"O Pedro Parente e a direção da Petrobrás assumiram publicamente a intenção de acabar com o suposto monopólio da Petrobrás no setor de refino. Esse monopólio não existe, pois foi quebrado em 1997 no governo de FHC. Essa direção está entregando 25% do mercado de refino aos concorrentes que não investem um centavo na construção de qualquer refinaria no Brasil", fala Natália Russo, diretora da FNP e do Sindipetro-RJ.